

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. 2019. Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Editora Planeta Atual. 192 pp.

Luis Fernando Novoa Garzon 

Universidade Federal de Rondônia | Porto Velho, RR, Brasil

l.novoa@unir.br

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v31i1pe198403

Rosana Pinheiro-Machado reúne, neste livro, um conjunto de intervenções públicas sobre novas formas de luta e de protesto que surgem no Brasil a partir de junho de 2013 até a eleição de Bolsonaro em 2018. A autora, como acadêmica que atua e ativista que elabora, leva ao limite as fronteiras do campo acadêmico, dando consequência ao levantamento rigoroso de dados, alimentando a intervenção política direta e o diálogo multidirecional sobre os próximos passos da luta social. “Amanhã vai ser maior” procura realçar desdobramentos potenciais das Jornadas de Junho de 2013 e ações diretas congêneres. A atualidade da obra, publicada em 2019, pode ser sintetizada na compreensão do arraigamento social do bolsonarismo e na percepção de que não bastará a derrota eleitoral de Bolsonaro para que se reverta a onda que o colocou na cadeira presidencial.

É nesta perspectiva que a autora divide a peça retrospectiva-prospectiva deste Brasil em transe, em três atos. O primeiro, buscando pistas e origens do bolsonarismo antes de Bolsonaro; o segundo, em análise e autoanálise da esquerda em recuo permanente; e o terceiro, sobre o bolsonarismo propriamente dito. A conclusão é uma etnografia da esperança, batizada de forma feliz de réquiem da desesperança. Reúno e subdivido nesta resenha estes atos em dois movimentos entrelaçados: os motivos da ascensão da direita radical no Brasil e os motivos do recuo e isolamento da esquerda, particularmente do PT (Partido dos Trabalhadores). A mirada transversal no futuro ampliado, o amanhã maior, mantém-se ao final do livro, tal como depreendo – como um indispensável recomeço do país.

O que singulariza o bolsonarismo e sua metodologia de destruição

Na análise do bolsonarismo, a autora remonta aos antecedentes da onda neoconservadora no Brasil, tendo como palco o malogro e reviravolta das Jornadas de Junho de 2013 e a “não eleição” de Aécio Neves em 2014. Naquele momento, ficava claro para a oligarquia política e o grande empresariado que não havia mais disposição para insistir no projeto de redemocratização pactuado na Constituição de 1988. Foi o encontro da possibilidade com a necessidade da burguesia interna brasileira de romper pactos sociais



e198403

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v31i1pe198403>

pretéritos em nome de ganhos potenciais represados pela “política” que presumidamente os reverenciava. Era a deixa para a extrema-direita abandonar recalques e “sair do armário”, como diz Pinheiro-Machado.

O script antissistema e “pelo retorno da ordem”, já encenado nas esferas de representação associativa e parlamentar, em programas midiáticos de pseudojusticeiros e vingadores de aluguel, transformou o que era tolerado como avis rara em mito restaurador. Na trajetória do “Mito”, reconstruída pela autora, nos impõe reiterar que Bolsonaro é uma criatura forjada nos porões da Ditadura para continuar sustentando a tese de que a intervenção militar não podia ser concluída antes de uma ceifa mais profunda, além da nuca, na memória de lutas. Com o avanço da desdemocratização, uma espécie de desconstituinte permanente, o limite do tolerável vai se tornando indistinguível, e assim novas dimensões de mercadorização – e de militarização – são acrescentadas. A extrema direita então fica a postos para oferecer garantias físicas e simbólicas aos capitais para as próximas ofensivas econômicas que saqueiem as margens do não mercantil: direitos sociais, bens públicos e o meio ambiente.

Em 2018, o diapasão ultradireitista passou da condição do dentro-fora que desgasta os acordos para o de fora-dentro, com mandato de fazer implodir os já precários equilíbrios sociais e institucionais vigentes. Desta forma, por meio de desmanches societários intensificados, vão se definindo margens de irreversibilidade que vão além de um mandato e dos próximos mandatários. Hora dos mercados reprecificarem títulos e câmbio para horizontes mais alongados e de arranjos regulatórios mais previsíveis. O que admitem agora, após a exceção da exceção, é uma dose calculada de normalidade democrática, uma temporalização que faça legitimar os últimos acordos oligopolistas. Depois das últimas avalanches privatistas, pode-se deduzir qual seria a “média” das expectativas dos mercados. O que pode ser racional e normal depois deste show de horrores? Tal como Pinheiro-Machado, digamos sem filtros: é dos extremos da barbárie capitalista que se está medindo o “centro político” admissível ou o centro apto a suceder Bolsonaro.

É justamente por recusar edulcorantes da crise que Rosana Pinheiro-Machado se debruça sobre o processo social que sustenta essa direita raivosa pró-desmantelamento, sobre as razões da adesão ampla a tais políticas para além do círculo de seus restritos beneficiários. Acusar a população de rebaixamento ou de submissão à onda neofascista é uma forma de se fiar na política da bolha e autoengano, desconsiderando a crescente frustração popular com o inconcluso processo de redemocratização no Brasil. A autora nos leva a deduzir que a conta da “Nova República”, mascada e truncada, caiu justamente no colo do PT e de sua liderança máxima que ascenderam na institucionalidade, quanto mais carcomida ficava. A gestão social do espólio neoliberal do ciclo Collor/Fernando Henrique Cardoso, com ampliação momentânea de benefícios sociais, não consegue ultrapassar os efeitos da crise de 2008 e o arrefecimento do boom de commodities.

As forças alinhadas à direita no Brasil buscaram pulverizar não apenas uma liderança ou uma legenda, e sim seu estofamento histórico, como se dele emanasse a expressão possível da esquerda, ou ainda de qualquer luta social. Não é a máquina eleitoral-administrativa – que o PT ergueu à semelhança dos partidos da ordem – que foi posta no centro do alvo. Essa é

apenas a parte visível e estigmatizável, que se mesclou com os conglomerados privados e suas representações de aluguel. Na verdade, foram as práticas classistas e emancipadoras vindas de baixo, com autonomia e pluralidade, que passaram a ter sua existência posta em questão. O que querem expurgar é a representação social da luta dos trabalhadores e a legitimidade das suas conquistas históricas.

O clamor punitivo e seletivo, que se orquestrou com a Operação Lava-Jato, por determinadas cabeças, a de Lula e do núcleo dirigente do PT, ocultava uma revanche burguesa tardia contra conquistas populares iniciadas nos anos 80. Nesse cenário, novas formas e novos alvos de expropriação e acumulação se somaram às formas antes convencionadas.

As bifurcações e continuidade a partir das Jornadas de Junho

Para entender como foram construídos e recepcionados os sentidos do antipetismo, é preciso revolver os significados das Jornadas de Junho em 2013. Benefícios sociais concedidos em meio a uma neoliberalização avassaladora de subjetividades, colocando a ascensão social pelo mercado acima de todas as coisas, produziram novos interesses e mobilidades frustradas. No início, eram “cidadãos que pedem mais”: mais serviços públicos e mais democracia. Depois a própria cidadania se tornou o alvo.

A juventude estudantil periférica que defendia a catraca livre expressava, nas primeiras manifestações de junho, na cidade de São Paulo, a insatisfação de setores mais amplos diante do exaurimento do social-liberalismo ou neoliberalismo inclusivo, como regimes de contenção dos efeitos da crise internacional. A repressão desmedida dos aparatos de segurança estaduais (diga-se de passagem, sob governo do então PSDB, Partido da Social Democracia Brasileira, de Alckmin), conferiu ao protesto inicialmente isolado, dimensão popular e nacional. A inflexão política, de que “não é apenas por 20 centavos”, indicava a possibilidade de criação de novos espaços de organização e mobilização, associando luta direta, auto convocatória dos coletivos e independência frente às máquinas governamentais e empresariais. Processos mobilizatórios similares já tinham varrido os canteiros das grandes obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e prosseguiriam depois nos comitês populares contra a Copa, nas cidades-sede.

A resposta política despolarizada que veio do social-liberalismo petista foi, na época, de desqualificação e minimização dos movimentos. Afinal, os grandes projetos e megaeventos funcionaram como moeda de troca para fidelizar conglomerados empresariais e para a amarração de arranjos estaduais e regionais.

A “hegemonia às avessas”, nos termos de Francisco de Oliveira (2006), na qual forças oriundas do campo popular encarnam e universalizam o programa da nossa burguesia internacionalizada, só podia dar em um “Junho às avessas”. A dinâmica de crescimento, concentrador e díspar, promovida pelo chamado projeto “neodesenvolvimentista”, com escassos espaços de nivelamento e solidarização, só poderia confluir para um fulgurante fascismo social que revelou as frustrações e os desejos reprimidos de uma burguesia com vocação segregacionista.

Rosana Pinheiro-Machado (2019) reitera a necessidade de abordar as Jornadas de Junho de 2013 como um processo, sem reduzi-las ao seu resultado ou suas consequências mais imediatas, abrindo caminho para novos sujeitos (particularmente aqueles auto-denominados de direita, ainda que de forma ambígua) entrarem em cena. Primeiro deve-se notar a abrangência dos protestos, que percorreram diversas capitais e cidades médias do país. No Rio de Janeiro, o protesto apresentou-se da forma mais radical e completa “em seu ciclo de vida”. A autora recoloca os elementos exemplares deste tenso e iluminado palco: obras prévias para a realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas em 2016 que aprofundaram esquemas de incorporação e especulação imobiliária, remoções forçadas com unidades, forte repressão policial aos protestos que exigiam coerentemente saúde, educação e transporte com “padrão FIFA”. No dia 17 de junho de 2013, instalou-se a mais vasta guerra campal entre polícia e manifestantes. A polícia não estava enfrentando apenas os setores “radicalizados” da Zona Sul carioca. Era a juventude periférica descendo para a pista, insubordinada, em toda a extensão da Avenida Getúlio Vargas, na Cinelândia e centro da cidade adentro, com cerca de um milhão de pessoas, compondo aquilo que autora considera uma das cenas mais poderosas das manifestações brasileiras depois dos movimentos das Diretas Já.

Talvez tenha sido o divisor de águas para que as manifestações seguintes fossem enquadradas em nome do espírito cívico pela grande mídia e associações empresariais. Ganha corpo um “Vem pra rua” contra os partidos, contra a política e corrupção que lhe seria inerente. As manifestações “pacíficas” do dia 20 de junho de 2013 seriam as últimas “em que polos antagônicos marcharam juntos” (Pinheiro-Machado, 2019: 37). Mas enquanto um polo refluíu, o outro se espalhou, fornecendo esteio para intensificar as chantagens sobre o segundo mandato de Dilma para a preparação do Golpe de 2016, com “apoio popular”, como se viam nas sucessivas domingueiras de verde de amarelo que se faziam até a eleição de Bolsonaro.

Convite a uma esquerda bem resolvida com sua trajetória

Evidentemente a autora não faz coro com o bordão de que a “culpa é do PT”, nas suas versões à esquerda e à direita. Sucessivas acomodações de interesse e opções se firmaram na condução simultânea de processos de democratização e de neoliberalização ao longo dos anos 1990. Foi a partir das ruínas do neoliberalismo, como aponta Wendy Brown (2019) para o caso norte-americano, e nas ruínas da Nova República neoliberalizada, com seus percursos transicionais sabotados, que as elites mais poderosas do país trouxeram à tona “seus mais obscuros desejos autoritários” (Pinheiro-Machado, 2019: 40).

Em vez de culpa, mais apropriado é avaliar o papel histórico das forças de esquerda hegemônicas pelo PT e as formas de representação a que se restringiram, como faz a autora. O que não deixa de ser um convite para uma esquerda bem resolvida com seu itinerário, demarcando o que seja defesa ampla de espaços liberal-democráticos e o que seja posição de contestação e superação de lógicas totalitárias de mercado que inviabilizam qualquer projeto de sociedade e nação. As contradições derivadas desses processos não geram forças disruptivas acumuláveis para a esquerda majoritária no quadro organizativo erigido

sobre uma sociedade salarial que mal havia se constituído no país. São forças disruptivas por si mesmas, sem saber bem a que vieram. São as “revoltas ambíguas” que Pinheiro-Machado (2019) define como explosões de energia social, que definem limites, porém não necessariamente os rumos: “elas são um início, um grito, um pedido de basta” (Pinheiro-Machado, 2019: 49). Os rumos, sem embargo, seguem em aberto e indeterminados, pois as revoltas ambíguas não cessam entre as fileiras de precarizados, nas extensas periferias urbanas e nos territórios comunitários sob ataque e sacrifício. Que tipo de mobilização política, pergunta a autora, a esquerda estava fazendo para lidar com tais revoltas?

A opacificação das lentes da esquerda majoritária para captar estas novas formas de opressão e exploração produziu uma defasagem de seus regimes discursivos. Frente aos profundos ataques aos trabalhadores e aos povos e seus territórios – intensificados a partir de 2016 – as respostas da esquerda majoritária concentraram-se invariavelmente na defesa da institucionalidade ameaçada, na defesa da democracia reduzida à mera rotatividade dos mandatários.

Uma reflexão inescapável a nos leva Pinheiro-Machado é que mesmo que a derrota pareça inequívoca, é preciso saber em que profundidade e em que âmbitos ela se dá. É o que me pergunto a partir da análise/autoanálise proposta pela autora. Não há derrota em geral. Existem derrotas no “modo extinção” ou derrotas no “modo fênix”. Depende da postura do derrotado. O que pode significar uma postura reverencial a uma institucionalidade tantas vezes rebaixada e esvaziada de representação? Como se contentar com a condição de fiadores da promessa de contrapartidas civilizatórias mínimas da expansão capitalista global? Como é possível compactuar com a dissimulação dos novos abismos de desigualdade, adotando a diversidade cultural e a sustentabilidade ambiental como uma fachada transformista, uma paisagem camaleônica, verde ou multicolor?

As novas direitas que surgem mundo afora apontam seu dedo acusador para o que seria o atual establishment, representado no “globalismo”: “a geração de 1968, que teria vencido no campo intelectual e ajudado formar certo consenso liberal-democrático que conciliava capitalismo e avanço das pautas identitárias” (Pinheiro-Machado, 2019: 83). Narrativa essa que tem promovido um eficaz desvio do foco dos centros de decisão econômica, cada vez mais concentrados e incontroláveis, manietados pelo oligopólio financeiro e pelas grandes plataformas comunicacionais-midiáticas (que aliás convivem muito bem com os novos autoritarismos em profusão). Diante desta manobra diversionista, como ser menos Estado e despi-lo de diretrizes para que apareça seu metabolismo e sua metabolização privada? Como não se sentir confortável, ou pior: envaidecido como parte de uma “elite cultural” avançada e descolada, na verdade já despreendida do destino dos de “baixo”?

Em meio ao avanço molecular do nazifascismo nos anos 1930 na Alemanha, Walter Benjamin (1987) percebia que em um contexto em que os fatos corriam sempre adiante das convicções, estas crescentemente relativizadas,urgia uma “linguagem de prontidão”, que parece ser também a modulação buscada por Pinheiro-Machado (2019) nestes tempos igualmente obscuros, narrando os despautérios sem filtros, sem saudosismos paralisantes e sempre dando e buscando retorno sobre como traçar juntos novas rotas de fuga.

Outros Junhos são possíveis: réquiem da desesperança

Amanhã vai ser maior porque não há vencedor único hoje nem haverá amanhã de novo. Novas formas de luta se amontoam em promessa de sedimentação organizativa horizontalizante. Eis o “réquiem da desesperança” de Rosana Pinheiro-Machado, em toada invertida, porque tomados de desesperança estávamos, e não apenas a partir do Golpe de 2016; por isso urge secretar este desalento e fazer ecoar sua partida; é preciso nos desapegar desta mortalha que sufoca nossa criatividade política. O beco é sem saída apenas para quem olha numa direção. Há os que definem a quadratura do círculo e há os que aceitam o enquadramento. Então, na direção contrária, que venham os novíssimos movimentos sociais. Que se abram todas as estações primaveris para uma “nova geração que busca, na atuação microscópica e na ação direta, o afeto radical, a criatividade política e a horizontalidade” (Pinheiro-Machado, 2019: 18). Assim, sem querer querendo, forja-se um programa como emanção coletiva, o que seria o contrário de um guia genial ditado por iluminados.

E se há um programa, não é para depois ou para uma etapa determinada da história. E sim para dar vazão a um amplo repertório de “lutas prefigurativas” em que a horizontalidade almejada seja exercitada aqui e agora “sem reproduzir internamente as hierarquias que tentam combater” (Pinheiro-Machado, 2019: 21).

As ocupações coletivas, inerentemente autônomas, são o lugar prioritário para tal experimentação. Dialogando com pesquisadores (Della Porta, 2015; Butler, 2018; Calhoun, 2013) que se detiveram a compreender as novas formas de luta e protesto após a crise internacional de 2008, Rosana destaca os seguintes achados e potenciais paralelos: a) Protestos continuados que requerem autogestão e democracia radical são uma antítese da desagregação e passividade produzidas pelo capitalismo financeirizado, por isso os acampamentos insubordinados são um terreno limítrofe de sociabilidades reversas; b) Nas reapropriações sociais de espaços públicos, a precariedade exposta é superada por forças mútuas antes ocultas, efetivando-se uma pedagogia instantânea do sentido do comum e do viver juntos; c) Espaços-tempo rompidos, ainda que parcial e momentaneamente, com a lógica da mercadorização, dão lugar a expressividades e estéticas socializadoras, ou seja, a poderes populares embrionários e depois à memória deles.

No caso brasileiro das ocupações de escolas públicas pelos estudantes secundaristas entre 2015 e 2016, a autora sublinha o achado de Fernanda Barbosa (2018) em sua dissertação de Mestrado “Ocupo, logo existo”, de que, após o fim das ocupações a que se entregaram, os estudantes relataram dificuldade de dormir e de estarem sozinhos. Depois de tanta sintonia e sinestesia, como manter separados os corpos? Isso quer dizer que a efervescência transgressora vivida não se esgota nas ocupações ou com o fim delas. A autora apreende disso que o “aprendizado político que se tem nas ocupações é corporal, visceral” (Pinheiro-Machado, 2019: 23).

Por isso, as direções de saída não podem ser propriedade intelectual de quem quer que seja. Esperança, substantivo feminino que se recoloca a partir de múltiplas inversões

epistemológicas e de quebras de hierarquia. São inúmeras as resistências latentes e ativadas contra a aliança neofascista de mercado no Brasil. O campo está aberto para a articulação destas lutas emergentes, este é o convite.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, Fernanda Stroher. 2018. Ocupo, Logo Existo: ocupações secundaristas e o tecer de outra educação possível. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Maria.
- BENJAMIN, Walter. 1987. Rua de mão única (Obras Escolhidas). São Paulo: Editora Brasiliense.
- BROWN, Wendy. 2019. Nas ruínas do neoliberalismo. Traduzido por Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia.
- BUTLER, Judith. 2018. Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CALHOUN, Craig. 2013. Occupy Wall Steet em Perspective. British Journal of Sociology. vol. 64, no. 1: 26-38.
- COCCO, Giuseppe; CAVA, Bruno. 2014. Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou. São Paulo: Annablume.
- DELLA PORTA, Donatella. 2015. Social Movements in Times of Austerity: Bringing Capitalism back into Protest Analysis. Nova Jersey: John Wiley & Sons.
- NOVOA GARZON, Luis Fernando. 2014. Quanto vale o arranjo social-liberal em tempos de ajuste neoliberal? Correio da Cidadania. São Paulo, p.1 - 4. Disponível em: <https://www.correiodacidade.com.br/politica/10069-23-09-2014-quanto-vale-o-arranjo-social-liberal-em-tempos-de-ajuste-neoliberal>. Acesso em 27/09/2022.

sobre o autor

Luis Fernando Novoa Garzon

Professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), vinculado ao Departamento de Ciências Sociais. Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Autoria: O autor é responsável pela sistematização e síntese das informações apresentadas ao longo do texto, bem como por sua escrita.

Financiamento: Não houve financiamento.

Recebido em 09/06/2022.

Aprovado para publicação em 06/10/2022.